



O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI NO ESTADO DO MARANHÃO

Marinalva Sousa Macedo¹
Adelaide Ferreira Coutinho²

RESUMO:

Propõe-se nesse artigo discutir sobre o processo de elaboração/execução das políticas públicas para a educação básica do campo, na primeira década do século XXI. Na tentativa de desvendar esse objeto de investigação nas suas determinações histórico-sociais, buscou-se como referência metodológica a perspectiva materialista histórico-dialética, por contemplar o desafio de captar o movimento/contradições da realidade estudada, cujo *locus* são as políticas educacionais para as escolas do campo. Dessa forma, entende-se que a luta pelo direito a educação no território camponês ocorre no contexto luta pela terra.

Palavras-Chave: Políticas educacionais. Educação. Educação do Campo.

ABSTRACT:

Proposes to discuss the process of developing / executing public policies for basic education in rural areas in the first decade of the XXI century. In an attempt to unravel this subject of investigation regarding its historic- social determinations, the materialist historic-dialectical perspective was sought out as methodological reference, for possessing the challenge of capturing movement /contradictions of the studied reality, which is the site for educational policies in schools of rural areas. Thus, it is understood that the struggle for the right to education occurred within the context of the rural communities' struggle for land.

Keywords: Public Policies. Education. Rural Area Education.

¹Estudante Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: marinalva_maced@hotmail.com

² Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: adelaide.fcoutinho@bol.com.br



1. INTRODUÇÃO

Nosso esforço nesse artigo está voltado para uma análise das políticas públicas de educação básica destinada ao campo, considerando-se a primeira década do século XXI, no Maranhão. A escolha para estudar a presente década dar-se-á em função da intensificação do debate em âmbito nacional por parte das organizações e movimentos sociais que têm lutado por educação para o campo, pública e de qualidade, dentre eles, se destaca o Movimento dos trabalhadores Rurais- MST³, movimento que se constitui como espaço educativo ao desenvolver experiências educativas singulares em áreas de assentamentos em diversos estados da federação brasileira. Esse fenômeno pode-se afirmar, constitui um momento impar de organização e mobilização intensa de movimentos sociais com identidades diversas, representativos de ribeirinhos, quilombolas, sem-terra, extrativistas, trabalhadores rurais assalariados, indígenas que lutam por uma educação *do* e *no* campo.

Essa mobilização e organização de movimentos sociais com identidades diversas, representativos de ribeirinhos, quilombolas, sem-terra, extrativistas, trabalhadores rurais assalariados, indígenas que lutam por uma educação *do* e *no* campo desencadeou a campanha *Por uma educação do campo* e para a concretização de uma concepção de Educação do Campo, em contraposição ao conceito de educação rural vigente na história da educação brasileira.

O texto base da I Conferência Nacional por uma educação do Campo⁴, explicita o sentido da mudança do conceito. Ao destacar que:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais o usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de

³ Trabalhadores Sem Terra, em 1984, com o objetivo de lutar pela terra, pela reforma agrária, sobretudo, por uma sociedade mais justa.

⁴ I Conferência por uma Educação Básica para o Campo foi realizada em Luziânia, Goiás em julho de 1998.



assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26)

Dessa forma, a denominação Educação do Campo defende uma concepção de escola que esteja *no* campo, mas também seja *do* campo, defendendo o direito a escolarização da população camponesa, e evidencia a especificidade da escola e da educação do campo. Essa especificidade é contemplada com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo⁵ em 2002.

Sendo assim, destaca-se, nesse artigo, a seguinte problemática: em que condições vem se desenvolvendo a política de educação do campo no Maranhão? Qual o seu espaço no planejamento do governo atual? Como estão sendo atendidas as demandas educacionais da população camponesa? Esses questionamentos tornam-se pertinentes a medida que, a partir da primeira década de 2000, que se intensificam os debates sobre o processo de elaboração de políticas públicas para o campo, em âmbito nacional. Desse modo é pertinente, discutir de que forma o Maranhão tem acompanhado as mudanças em âmbito nacional.

É, portanto, na perspectiva de desvelamento das condições objetivas em que se desenvolve a política educacional para o campo que o artigo organiza-se. Para tanto, caracteriza-se o contexto da política pública educacional para a educação básica no campo, evidenciando o papel do Estado nesse processo e aponta para a necessidade da unidade da classe trabalhadora na luta por políticas públicas para a população camponesa.

Ressalta que a análise da política educacional para a educação básica no Maranhão, estão subsidiadas em documentos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário – INCRA, Regional Maranhão e Secretaria de Estado da Educação- SEDUC, Relatório do Diagnóstico da Educação Básica no Maranhão (2011), elaborado Pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD em 2011.

⁵ Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002



2. CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA CAMPO NO MARANHÃO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.

O Estado do Maranhão possui uma área de 333.365,60 Km², situando-se ao Norte/Nordeste, localização geográfica que o faz pertencer à região amazônica. O estado destaca-se pelas questões fundiárias e disputas pela terra, com elevado índice de violência no campo, apesar de dispor de um grande número de assentamentos de reforma agrária e áreas tradicionais em processo de regularização. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, atualizados até outubro de 2012, mostram que o estado tem 945 áreas de assentamentos envolvendo 124.308 famílias assentadas. Desse universo, somente 1.017 possuem título da terra e 123.291 ainda não foram tituladas.

Dados evidenciam ainda que, do total de assentamentos existentes no estado 261 são assentamentos estaduais com 33.965 famílias, o que corresponde a um percentual de 27, 32% do total de famílias assentadas. Dessas famílias, nenhuma possui título da terra. Ainda, 35 assentamentos casulos, 03 áreas consideradas reservas extrativistas, 05 projeto de desenvolvimento sustentável e 01 assentamento municipal. Os restantes são considerados territórios federais.

Vale ressaltar que, do universo de assentamentos o MST, realiza acompanhamento em 54⁶, em todo o estado. Todos tem escola, embora o MST não tenha dados precisos sobre o número de escolas nem o números desses alunos que estudam nessas áreas de assentamentos, estima que em sua grande maioria são escolas do 1º a 5º ano do Ensino Fundamental, são poucas as escolas que tem o Ensino Fundamental do 5º ao 9º ano e menos ainda, as que oferta o Ensino Médio

Dos 361 assentamentos estaduais, apenas em 17 tem escolas/salas de aula, sendo que em 2011, foram contabilizados apenas 85 alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, distribuídos em 07 salas de aulas. No Ensino Médio a situação ainda é mais precária, apenas 1.041 alunos matriculados, distribuídos em 43 salas de aulas. Todas funcionando como anexos sem autonomia,

⁶ Desses 54 assentamentos, a maior parte deles são Federais, apenas quatro estaduais.



ligadas a uma escola que fica situada na zona urbana (SEDUC/MA, 2011). Vale lembrar que é do Estado, a responsabilidade pela oferta desse nível de ensino.

Diante desse quadro desfavorável e seguindo a lógica dos organismos internacionais em “colaborarem” com os governos locais em 2011, foi firmado um Projeto de Cooperação Técnica: apoio diferenciado ao Estado do Maranhão, entre o governo do Estado, MEC/PENUD, para elaboração do diagnóstico da educação básica no Estado, entre os aspectos apontados pelos Consultores/ PENUD, destaca-se:

No Maranhão, constata-se uma redução do número do total de matrículas na rede estadual e um aumento sistemático da dotação dos recursos financeiros. Como explicar a não melhoria da qualidade da educação nessa rede? (...) Falta definir qual é a Política Estadual de Educação (PENUD, 2011,09)

A constatação dessa situação evidencia a disputa de dois projetos no campo com interesses antagônicos e a omissão do Estado configura como a negação de um dos direitos básicos fundamentais, a educação à população camponesa, ribeirinhas, quilombolas, de um modo geral as filhas e filhos da classe trabalhadora. E ainda contribui para que prevaleçam baixos índices de desenvolvimento humano no Estado.

No censo do IBGE 2010, o Maranhão apresenta um total de 6.569.683 habitantes. Desse universo 4.143, 728, vivem na zona urbana e 2.425, 999. Vive na zona rural, o que representa um percentual de 37% da população no Maranhão vive na zona rural. Diante dessa situação, o estado é considerado unidade da federação com maior número de população que vive na zona rural.

Conforme Ressalta o relatório, o Estado apresenta uma situação bastante desfavorável em relação as outras unidades da Federação, ocupando a 27ª posição no ranking nacional, com 26 estados da federação em melhores condições. No que tange a sua população. Os dados apresentados sobre o índice de Desenvolvimento Humano evidenciam uma situação bastante precária em que vivem a maior parte da população do Maranhão.

No que se refere aos dados sobre a situação da educação básica no Maranhão, o Relatório apoiado em estudos do IPEA e dados do IBGE divulgados em 2009, aponta que o Maranhão dispõe aproximadamente um percentual de 19% de



analfabetos entre sua população de 15 anos ou mais, bem abaixo da média nacional que apresenta um percentual de 9,7% e o Nordeste com 18,7%. Outro dado alarmante refere-se ao Ensino Médio, conforme Relatório, o Maranhão em termo de cobertura do ensino Médio contempla apenas 33%, enquanto a média nacional é de 51,1% e o nordeste de 39, 3%. Portanto, em nível de cobertura do Ensino Médio, o estado apresenta um dos percentuais mais baixos entre os estados brasileiros, demonstrando que a oferta para este nível de ensino está bem abaixo da demanda. (PNUD, 2011, p.18).

No que se refere à média de anos de estudos da população maranhense de 15 anos ou mais, o Estado alcança 5,6 anos de estudos. Nesse aspecto também ficamos abaixo da média nacional que apresenta 7,2 anos de estudos e do Nordeste com 5,8 anos de estudos. (PNUD, 2011, p.18).

Com relação aos indicadores educacionais da população rural, o referido relatório afirma que no Maranhão vive-se uma real crise em termos da oferta para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No que se refere a participação da população do meio rural na oferta de serviços do Ensino Médio, o Estado alcança um percentual de apenas 15% da população e 20% para os anos finais do Ensino Fundamental. Os dados evidenciam que a educação como um dos direitos básicos está sendo negada aos jovens do campo no Estado no Maranhão. (PNUD, 2011, p.19).

Dados da Secretaria de Estado da Educação revelam que no Ensino Fundamental a rede estadual de ensino contabilizou 177.136 alunos matriculados em 2011. Desse total, 128.202 estavam matriculados no 6º ao 9º e 48. 934 no 1º ao 5º ano do Ensino fundamental, distribuídos em 881 escolas existentes em todo o estado. A zona rural apresentou 22.231 matrículas o que representa um percentual de apenas 12, 55% do total de alunos matriculados no Ensino Fundamental distribuídos em 346 escolas existentes na zona rural que ofertam esse nível de ensino. (SEDUC/MA, 2011).

O Relatório de Diagnóstico da Educação Básica no Maranhão mostra que houve uma redução no número de matrícula no Ensino Fundamental na rede estadual em torno de 66% de 1ª a 4ª série, em 2000 a participação do estado em número de matrículas foi de 160.763, esse número foi reduzido para 54.820 em 2010



e 54% de 5ª a 8ª series, reduzindo-se respectivamente de 250.300 em 2000 para 134. 758 matrículas em 2010, evidenciando a tendência da municipalização principalmente nas series iniciais do Ensino Fundamental. (PNUD, 2011, p. 21)

No Ensino Médio dados da Secretaria de Estadual da Educação registram 235.584 matrículas inicial em 2011, distribuídas em 306 escolas que ofertam esse nível de ensino em todo estado do Maranhão, sem incluir escolas quilombolas, indígenas, rural e assentamentos. A zona rural ficou com 39.506 do total de matrículas. Desse total 52,42% apresenta distorção série/idade, ou seja, 20.710, dos alunos matriculados no Ensino Médio estão fora da idade/série. (SEDUC/MA, 2011)

Com relação a educação Infantil a rede estadual de ensino aparece com número matrícula bastante incipiente, principalmente no atendimento a creche, de acordo com o relatório em 2010 das 422 matrículas neste nível de ensino somente 57 refere-se o atendimento em creche. Todavia, mesmo sabendo que a responsabilidade é do município com a oferta da educação infantil, isto não impossibilita que o estado ofereça apoio e orientação aos municípios para ampliar a cobertura da demanda, pois a rede particular de ensino em 2010 foi responsável por 15% do total de atendimento apresentando 56.375 matrículas. Desse universo, 13.538 em creche. Essa situação configura-se no Maranhão como falta efetiva de colaboração por parte do estado com os municípios. (PNUD, 2011, p. 20)

O referido relatório destaca ainda que a evolução total da matrícula da educação básica na rede estadual de ensino regular apresenta um decréscimo de 550.346 em 2000 para 470. 558 matrículas em 2010. Tal redução começa se acentuar a partir de 2005. Por outro lado, no que diz respeito à taxa de aprovação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental os números revelam que houve aumento de 76,5 em 2005 para 87, 3 em 2009 nos anos iniciais e nos anos finais o aumento foi de 75,6 em 2005 para 83, 3 em 2009. O Ensino Médio apresentou uma taxa de aprovação de 73,3 em 2005, aumentando para 78,5 em 2009. No entanto, esses números apresentados contrastam com os resultados obtidos na avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, que mesmo apresentando aumento tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática nos anos iniciais, passando de 4,07 em 2005 para 4,48 em 2009. Nos anos finais o aumento foi de 4,1 em 2005 para 4,27 em 2009. Já o Ensino Médio apresentou taxa



de crescimento de 3,25 em 2005 passando para 3,74 em 2009. Os resultados em comparação com os outros estados evidenciaram que os alunos da rede estadual de ensino demonstraram a falta de domínios dos conteúdos e das capacidades esperadas. Quanto ao Ensino Médio, em comparação com o ranking nacional a rede estadual ocupou a penúltima colocação em Língua Portuguesa e a última em matemática com resultado de 3,53 em 2005 e 3,86 em 2009. (PNUD, 2011, p. 31).

Os dados revelam descaso do Estado com a educação do campo no Estado do Maranhão, sobretudo, com o Ensino Médio e, aponta para a necessidade da mobilização dos movimentos sociais ligados a questão do campo para o enfrentamento dessa situação em se encontra a população camponesa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre a política educacional para o campo no Maranhão evidenciam o descaso com a educação do campo expressa através da não oferta do Ensino Médio nas comunidades rurais, não regularização das escolas do Ensino Fundamental que funcionam apenas como anexos das escolas da cidade, além da exploração da mão de obra. Apontam ainda, para a existência de dois projetos de campo em disputa, e para a necessidade da unidade da luta da classe trabalhadora do campo em defesa do fortalecimento da agricultura camponesa como alternativa para a permanência do jovem no campo e da construção de um campo como espaço de vida digna. Nesse sentido, consta-se que a efetivação da política de educação depende da capacidade de mobilização dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Wagner Paiva. **Práticas Pedagógicas no Meio Rural**. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2004. (Série Amazônia: a terra e o homem).
- ARROYO, Miguel G. A educação básica e o movimento social do campo. In: _____; FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). **A educação básica e o**



movimento social do campo. Brasília: Articulação por uma Educação Básica do Campo, 1999. p. 13-52. (Coleção por uma educação básica do campo, 2).

_____; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mónica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº2).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, v. 81, Sessão 1, p. 25, 29 abr. 2008.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

_____. Resolução CNE/CEB nº01/2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. Brasília; DF: MEC/SECAD, 2002.

KOLLING, Edgar Jorge, Nery-FSC; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) **Por uma Educação Básica do Campo: memória.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº1).

MARANHÃO. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação atualizada de tipos de Projetos criados e o número de famílias assentadas nos Projetos de Reforma Agrária no Maranhão no período de 01/01/ 1900 até 26/10/ 2012.** São Luis: OTI; SIPRA, 2012.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Diretrizes e Estratégias para uma Política Pública de Educação do Campo no Maranhão,** São Luís, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Diagnóstico da Educação Básica no Estado do Maranhão:** Projeto de Cooperação Técnica. Brasília: MEC; PNUD, 2011.